



## Da foz do Velho Chico à foz do rio Sergipe: recorte temporo espacial do Litoral Norte Sergipano

**Paulo Heimar Souto**

Licenciado em História, Mestre em Geografia, Doutor e Pós-Doutor em Educação. Professor Associado na Universidade Federal de Sergipe. Lotado no Departamento de Educação, Campus Sede.

 [orcid.org/0000-0003-0826-9365](https://orcid.org/0000-0003-0826-9365)

 [dx.doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0014](https://dx.doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0014)

Recebido em 14/10/2022

Aprovado em 01/12/2022



## **Da foz do Velho Chico à foz do rio Sergipe: recorte temporo espacial do Litoral Norte Sergipano**

### **RESUMO:**

O Litoral Norte Sergipano, definido neste artigo pelos municípios da Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, está localizado entre a foz do rio Sergipe e a foz do rio São Francisco (Velho Chico). Desde o início da ocupação pelos colonizadores portugueses, foi uma região sem muita importância econômica, fato este influenciado pelas condições naturais e históricas, que não atendiam às diretrizes dos centros de interesses econômicos, sociais e políticos. O Litoral Norte de Sergipe apresenta forte concentração fundiária, escassa malha viária, pequena expressão econômica, fatores estes que têm contribuído com a forte evasão populacional da área. Apenas o município da Barra de Coqueiros apresenta expressivo crescimento populacional nas últimas décadas, fato relacionado à expansão urbana da capital sergipana. Em virtude de a população local não encontrar condições de vida satisfatórias é que aspiram melhores condições em outras localidades, na expectativa dessas serem mais dinâmicas e com melhor nível de oportunidades e serviços.

**PALAVRAS-CHAVES:** Velho Chico; Litoral Norte Sergipano/ recorte temporo espacial.

## **From the mouth of Velho Chico to the mouth of the Sergipe river: spatial temporo clipping of the Sergipano North Coast**

### **ABSTRACT**

The Sergipano North Coast, defined in this article by the municipalities of Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba and Brejo Grande, is located between the mouth of the Sergipe river and the mouth of the São Francisco river (Velho Chico). Since the beginning of the occupation by the Portuguese colonizers, it was a region without much economic importance, a fact influenced by natural and historical conditions, which did not meet the guidelines of the centers of economic, social and political interests. The North Coast of Sergipe presents a strong land concentration, little road network, small economic expression, factors that have contributed to the strong population evasion of the area. Only the municipality of Barra de Coqueiros has had significant population growth in recent decades, a fact related to the urban expansion of the capital of Sergipe. Because the local population does not find satisfactory living conditions, they aspire to better conditions in other locations, in the expectation that they are more dynamic and with a better level of opportunities and services.

**KEY-WORDS:** Velho Chico; Litoral Norte Sergipano; temporo spatial clipping.

A estrutura fundiária no Brasil desde os primórdios da colonização foi desigual. As Capitanias Hereditárias e as Sesmarias deram origem a maioria dos latifúndios no país, fruto da herança colonial imposta pelo Império Português na América. Três séculos depois, em meados do XIX, a Lei de Terras possibilitou a compra e venda da terra apenas com pagamento em dinheiro, coibindo o acesso à terra a todos que não dispunham de capital, impedindo, portanto, aos escravos usufruírem da terra como suas propriedades.

Atualmente, a estrutura fundiária brasileira, herdada do regime de Capitanias/Sesmarias praticamente mantêm a mesma forma. Especificando a questão, Oliveira (1991) afirma:

O Nordeste que tem uma estrutura fundiária herdada do período colonial, apresentava em 1985 uma elevadíssima participação dos estabelecimentos de menos de 10 hectares. Estes representavam mais de 70% do total, ficando, entretanto, com apenas pouco mais de 1000 hectares, que representavam tão somente 0,4% dos estabelecimentos que ficavam com mais de 32% da área total. (OLIVEIRA, 1991, p. 32).

Para Diniz (1981), a atual concentração fundiária pode ocorrer sob dois aspectos: a primeira é o aumento efetivo do tamanho da propriedade, tomando como exemplo a aglutinação de sítios para a formação de médias e grandes propriedades; a segundo é a minifundização de pequenas propriedades, ocorrida principalmente por razões de herança. O mesmo autor sintetiza muito bem a estrutura fundiária, observando uma de suas fortes consequências:

É uma estrutura que se baseia na concentração de terra em mão de poucos proprietários, numa distribuição de renda extremamente desigual (...)

Nesse contexto as migrações internas surgem para favorecer a expansão da força de trabalho disponível nas cidades, ao tempo em que reduz o ritmo de crescimento da pressão sobre a terra, que teria chegado a níveis mais elevados sem esse mecanismo. (DINIZ, 1981, p. 197).

Sem dúvida, o grave problema da mobilidade populacional, e, de maneira destacada no Nordeste, é gerado, sobretudo, pela atual estrutura fundiária. Um outro forte agravante considerado por Andrade (1986), acentua a atual conjuntura agrária, está relacionada a falta de garantia de contratos, que permitissem maior estabilidade aos meeiros no Agreste e no Sertão, e aos lavradores e "foreiros" na Zona da Mata, pois,

Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regularmente rendas aos proprietários, veem-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário. (ANDRADE, 1986, p. 50)

Outra observação pertinente quanto a forte concentração fundiária na região refere-se ao caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina, caráter este que se manifestou desde o início da colonização e que atualmente apesar do crescimento considerável da classe média e do mercado interno, em decorrência da industrialização, é predominante. Esse fato é justificado através da:

proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura - à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. - e ao desprezo às lavouras de subsistência ou “lavouras de pobre”, como se diz frequentemente no Nordeste. As primeiras têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiota, às tremendas oscilações de preços entre a safra e a entressafra - é a ganância dos intermediários. Daí o florescimento constante da grande lavoura e, conseqüentemente, da grande propriedade e o estacionamento, talvez mesmo a decadência da pequena lavoura, à qual está ligada a pequena propriedade. (ANDRADE, 1986, p. 51).

A concentração fundiária cada vez mais decorre devido à ascensão comercial de uma grande cultura, ou quando a empresa agrícola ou agroindustrial está vinculada aos grandes grupos econômicos. Na área açucareira nordestina observou-se na primeira metade do século XX o predomínio de engenhos banguês - que se caracterizaram como pequenas e médias usinas desde o século XVI, contudo, as usinas maiores passaram a absorver as menores. Tal fato justifica-se, de acordo com Andrade (1986), ser em decorrência da mentalidade dos grandes usineiros absorverem cada vez mais terras próximas as suas usinas, por entenderem que aglutinar terras representa progresso e prosperidade em seus negócios. Assim, a atual realidade fundiária brasileira tem gerado enormes conflitos sociais, tanto no campo quanto na zona urbana. Um destes fortes

agravantes é a sensível evasão populacional da zona rural em busca das cidades.

Os grandes desníveis econômicos da maioria da população do campo tornam a zona rural como áreas verdadeiramente repulsivas, provocando a migração destas populações a procura de melhores condições de vida e de trabalho. Nota-se, portanto, o crescente deslocamento da população rural para as zonas urbanas, principalmente para as capitais, onde geralmente se estabelecem em áreas deficitárias de infraestrutura, colaborando com a incidência de graves problemas urbanos.

Neste sentido, o intenso processo de aglomeração da população nas cidades torna-se reflexo do êxodo rural que configura como o mais nítido manifesto do processo de emigração. A respeito, observa-se que tais fatores estão vinculados a forte concentração fundiária ao afirmar que:

o desemprego disfarçado nas áreas rurais dos países subdesenvolvidos é muito menor do que se pensa, e que, nos casos em que sua existência foi comprovada, ele é devido, não a excessivas densidades demográficas ou a explosivas taxas de crescimento da população, mas a fatores de ordem social e institucional - notadamente o regime de propriedade do solo - os quais vedam o acesso à terra à maioria da população. Esta maioria se vê forçada a explorar apenas as reduzidas áreas que lhe cabem, repartindo-a em minifúndios e fazendo uso de métodos intensivos de baixa produtividade, muitas vezes, insuficiente para garantir a sobrevivência. (SINGER, 1980, p. 280 e 281).

E acrescenta:

Numa situação em que a Terra é propriedade privada e se acha distribuída de modo desigual, a pressão demográfica também se faz sentir de modo desigual, apenas incidindo sobre a área cultivável de livre acesso. É o que ocorre, por exemplo, nos países subdesenvolvidos cuja estrutura agrária é dominada pela dicotomia latifúndio-minifúndio. Nesses países, o crescimento demográfico, não, tem muitas vezes maior influência sobre a intensificação e o aumento da produção agropecuária. Isto porque nada obriga os latifundiários a empregarem toda força de trabalho adicional tornada possível pelo crescimento demográfico. Essa força de trabalho se concentra nos minifúndios, ou, no caso dos produtores sem Terra, é obrigada a emigrar ou a depender de empregos sazonais e descontínuos." (SINGER, 1980, p. 281).

Uma das formas mais representativas do processo de desenvolvimento capitalista refere-se à concentração cada vez mais acentuada da população nas sedes municipais e o consequente esvaziamento do campo, que provoca seu despovoamento. Neste sentido, para Gonçalves, o êxodo rural está vinculado a homogeneização do capital no espaço nacional, que vem se intensificando com o processo de modernização no campo pois:

O êxodo rural que é a manifestação desse processo de despovoamento do campo, significa, antes de mais nada, a expropriação do trabalhador, sua completa desvinculação da Terra e de seus meios de produção, em suma, a sua proletarização. A distribuição da população entre cidade e campo aparece pois, como um efeito deste processo de subordinação do trabalhador ao capital. Ao mesmo tempo, este processo significa também que a agricultura se constitui, cada vez mais, em um ramo industrial como qualquer outro, com elevado grau de mecanização, uso de adubos, fertilizantes etc. (GONÇALVES, 1981, p. 150).

De uma forma geral, a emigração de áreas rurais está relacionada com fatores de repulsão da população que, não encontrando condições satisfatórias de vida, buscam melhores condições em outras áreas na expectativa dessas serem mais dinâmicas e com melhor nível de oportunidades e serviços.

### **Breve recorte temporal do Litoral Norte Sergipano**

Para efeito de contextualização espacial definimos o Litoral Norte Sergipano pela composição dos municípios da Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, fragmentos de localidades sergipanas localizadas entre a foz do rio Sergipe e a foz do rio São Francisco (Velho Chico). Para compreender aspectos temporais do Litoral Norte Sergipano é mister observar que o território sergipano fez parte da Capitania da Bahia que se estendia em distância de cinquenta léguas, desde a Barra do rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos. Área estratégica situada entre a Bahia e Pernambuco, Sergipe antes de ser efetuada a colonização, foi *habitat* nativo, como também, local de refúgio para os índios que fugiam da colonização portuguesa iniciada na Bahia.

O Padre Gaspar Lourenço foi um dos primeiros missionários da Coroa Portuguesa a atuar na catequese em Sergipe, estabelecendo-se inicialmente, em 1575, às margens do rio Real em uma aldeia indígena. Com a difusão da notícia da chegada dos padres, inúmeros chefes indígenas foram solicitar paz aos missionários atemorizados pela presença dos soldados da Coroa, pois eram conhecedores das agressões cometidas pelos

soldados e pelos seus poderes de devassidão.

O temor dos índios de Sergipe logo tornou-se realidade uma vez que os soldados que escoltaram o padre Gaspar Lourenço começaram a agredir os índios ao roubarem suas esposas, filhas e irmãs, obrigando-os a fugir para a aldeia do Cacique Aperipê. Desta forma, desarticularam-se todos os planos de conquista pacífica iniciada pelo padre, tendo como maior agravante, a recepção hostil realizada pelos morubixabas Serigi, Surubi e Aperipê ao governador Luiz de Brito em visita às terras sergipanas.

Os índios sentiram-se traídos pelos Jesuítas devido à permanência dos soldados próximos as suas aldeias. Estas hostilidades culminaram em batalhas entre os índios e os soldados portugueses comandados pelo referido governador que “obtéem vitória na luta, em que morre Surubi, sendo presos Serigi, Aperipê, e mais mil e duzentos índios enclausurados na igreja São Tomé e depois conduzidos para a Bahia, onde todos morrem”. (FREIRE, 1977, p. 77).

No decorrer da segunda metade do século XVI, a costa sergipana já era frequentada pelos traficantes franceses em busca do pau-brasil. Era a barra do rio Sergipe (barra do Cotinguiba, como então era chamado) o ponto preferido por esses aventureiros, que contavam com a ajuda dos índios que viviam nessa área da capitania. Esse fator atrelado à necessidade de povoar o território entre a Bahia e Pernambuco, contribuiu consideravelmente para o início da colonização de Sergipe:

No anno de 1590 governando interinamente a Bahia o Provedor-Mór da Fazenda Real Christovam de Barros por ter fallecido o governador Manoel Felix Barreto recebeu uma ordem de Felipe 2º de Hespanha e 1º de Portugal para que fosse refrear os insultos dos ferozes selvagens, os quais incorporados com os Francezes causavam por todo o vasto districto de Serzipe os danos mais desastrosos. (SOUZA, 1944, p. 14 e 15)

Cristóvão de Barros inicia a colonização do território também motivado em vingar a morte de seu filho Antônio Cardoso de Barros, morto pelos Caetés junto ao rio São Francisco. Sua empreitada resultou na dizimação quase total dos índios e na expulsão dos franceses. Após a conquista, segundo as diretrizes da política colonizadora da metrópole, Cristóvão de Barros doou sesmarias a “religiosos, do clero regular e secular, pessoas de representação na Capital da Colônia onde exerciam cargos de projeção - ouvidor, provedor, escrivão, alcaides almoxarifes... sem restrição de maior importância que não

fosse a obrigatoriedade de ocupá-la.” (CANABRAVA, 1968, p.198)

A colonização e o povoamento foram efetuados no sentido sul/norte tendo como ponto de partida o rio Real (dando prioridade a ocupação das margens e barras dos rios do território sergipano), a primeira sesmaria concedida em Sergipe foi: "a Antônio Cardoso de Barros, filho de Cristóvão de Barros, desde a barra da do Japarutuba ao Rio São Francisco". (FREIRE, 1977, p. 283), compreendo a parte norte do território sergipano e no litoral, a área de enfoque deste estudo.

O tamanho das sesmarias era expressivo, variando muito: havia delas com área de 200 braços em quadro e uma com 30 léguas em quadro (01 légua equivale a 6.172,4 metros). As expressivas áreas das sesmarias, atreladas às boas pastagens sergipanas, tornaram-se importantes para a expansão da pecuária.

Desta forma, gradativamente, os índios perderam suas terras, sendo as mesmas ocupadas por rebanhos que além da ocupação da Capitania, supriam os engenhos de açúcar da Bahia e de Pernambuco. O gado era fornecedor de força motriz para as moendas, no transporte da cana para os engenhos e do açúcar para os pontos de embarque e ainda, para a alimentação da população em contínuo crescimento. Após o estabelecimento de colonos em Sergipe, já em 1612, “as rendas da Província eram anotadas como provenientes do dízimo do gado e meunças” comprovando, desta forma, a importância da pecuária no início da colonização (FREIRE 1977, p. 95 e 96). A pecuária em Sergipe predominou nos séculos XVII e XVIII penetrando para o sertão à medida que a cana ocupava o litoral. A partir de 1606, a colonização em Sergipe ampliou-se para a região Norte, “pelas margens do rio São Francisco” (FREIRE, 1977, p.97), registrando-se ao longo deste século, criatórios de gado “vacum”.

Para Canabrava (1968), foi a existência de barreiras salgadas nas proximidades do Rio São Francisco que se constituiu como fator decisivo para atrair rebanhos para a área, face a importância do sal na alimentação dos animais. Outro fator importante para o povoamento dessa área, são as condições de navegabilidade das últimas sessenta léguas daquele rio, o que corresponde ao seu curso inferior.

Através da fundação de vários aldeamentos efetuados também por outras ordens religiosas, no século XVII, chegaram a Sergipe os frades carmelitas, responsáveis pelo incremento da ação missionária no território,

Partindo da Bahia em Pernambuco, que eram também os pontos de irradiação da pecuária que se expandiu para o interior, seguindo o vale do São Francisco, jesuítas, capuchinhos, franciscanos e carmelitas

fundaram missões entre os índios, como por exemplo a de São Félix de Pacatuba, fundado no final do século XVII, por capuchinhos. (DANTAS, 1991, p. 40)

A participação de clérigos dessas ordens, na vida social e econômica do território, foi muito destacada e, uma de suas preocupações era ampliar o patrimônio da Igreja Católica. Os carmelitas, que possuíam propriedades fundiárias em outras áreas, também se fizeram presentes no Litoral Norte de Sergipe, pois na metade do século XVII:

O convento de Carmo da Bahia comprou em 1650 a João de Barros Cardoso e a sua mulher D. Beatriz de Lima de Barros seis sítios de currais que vão da barra do Rio Japarutuba no sentido Norte até o Rio São Francisco, limitando-se a Oeste com o Rio Poxim e a Leste com o Oceano Atlântico. (SILVA, 1987, p.4)

Inúmeras outras aquisições pelas ordens religiosas são relatadas, mas o que vale atentar é que as propriedades dos carmelitas no século XVII em Sergipe, representavam uma vasta área compreendida entre a foz do rio Japarutuba e a do rio São Francisco. É possível que nesta área existissem alguns sítios de currais que não pertencessem àquela ordem religiosa. Outro detalhe importante é que, a área em pauta era ocupada por duas aldeias indígenas comandadas pelos caciques Japarutuba e Pacatuba. Neste sentido, a presença missionária no referido território, com objetivo de fundar missões, era apoiada por fazendeiros, que:

querendo levar o seu gado às pastagens naturais existentes nas proximidades de aldeias indígenas, ajudavam o missionário a estabelecer-se entre os índios, pois a conversão deles, lhes tiravam o receio das incursões dos selvagens sendo chamados de índios mansos. (DANTAS, 1991, p. 42)

Apesar de os carmelitas possuírem grandes extensões de terras no Norte de Sergipe, destacando-se a Fazenda Santa Isabel, a contribuição econômica desta área para a Província foi extremamente insignificante, pois existia pouco gado pastando e era reduzida a plantação de mandioca e legumes. Um importante memorialista/cronista de época, ao descrever o destino da produção dos seus rebanhos expressou que ali “abunda criação de todo o gênero de gado, do qual parte vendem para o consumo de ‘este termo e

Comarca e parte enviam para o serviço dos seus engenhos na Capitania da Bahia” (SOUZA, 1944, p. 40).

Um destacado historiador e antropólogo, pioneiro nos estudos da foz do Velho Chico, mostra que ela não tinha destaque na vida econômica e social da Capitania. Para ele, esta área participou de forma "marginal e secundariamente na grande lavoura açucareira sergipana" durante os séculos XVIII e XIX (MOTT, 1986, p. 73). Tal afirmação é resultante de comparações feitas entre a produção, exportação e importação com outras áreas da Capitania de Sergipe Del Rey. No referido comparativo “Mesmo que encontremos engenhos de cana na região franciscana, nunca foram tão numerosos nem tão produtivos como os da Cotinguiba e do Vazabarris." (MOTT, 1986, p.73).

Outra característica importante, salientada pelo mesmo autor, é alta representatividade do grupo indígena na área do São Francisco: 47% dos índios de Sergipe viviam distribuídos entre as duas aldeias - missões de São Félix de Pacatuba e de São Pedro de Porto da Folha. Embora enfrentassem a cobiça dos proprietários circunvizinhos por suas terras, os índios daquela área obtiveram maior êxito quanto a posse de suas terras se comparados com os da aldeia Água Azeda, por exemplo, na freguesia de São Cristóvão (antiga capital da Província), que foram removidos arbitrariamente para a aldeia de Geru a fim de liberarem o terreno de sua aldeia para ser ocupado pelas fazendas em expansão.

Segundo Mott (1986), em decorrência de o rio São Francisco e dos mangues próximos a sua foz constituírem um fertilíssimo manancial de peixes, crustáceos e moluscos – que tornava mais favorável ao desenvolvimento da atividade extrativa. Tais fatores, aliados a menor agressividade expansionista dos latifundiários locais, teriam contribuído para a conservação de maior contingente indígena nesta área do que no restante da Capitania.

Outro fator que pode justificar a manutenção do contingente indígena na área é a pobreza do solo. Naquele momento, a área tornava-se de menor interesse econômico, se comparada, por exemplo à região da Cotinguiba, rica em solo massapê e produtora de cana-de-açúcar.

Apesar de uma relativa conservação do contingente indígena, o crescimento vegetativo era bastante baixo devido às precárias condições de higiene e saúde; às constantes ondas epidêmicas; ao forte processo de destribalização; a desorganização sociocultural sofrida ao longo dos séculos; e, juntamente, sofrendo o processo de

miscigenação com outros grupos étnicos (brancos e negros). Mott (1986), acrescenta ainda que, o recrutamento para a Marinha da Corte foi um fator contribuidor na composição demográfica nestas tribos.

Como tendência geral de toda Capitania de Sergipe, a maioria da população do São Francisco foi constituída basicamente por mestiços. De acordo com Souza (1944), o predomínio desta área foi de pardos, mamelucos e cafuzos, resultantes de "raças combinadas".

Quanto à população dos negros, em virtude de não serem renovados constantemente, como ocorria nas zonas economicamente mais importantes de Sergipe, destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, a composição demográfica das demais área decresceram, tanto pelos óbitos quanto pela miscigenação.

No século XVIII, os interesses do povoamento que aumentou com a colonização, exigiram a criação de novas vilas com seus aparelhos administrativos. Já no fim desse século, Sergipe contava além de sua capital, com seguintes núcleos populacionais: Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro, Villa Nova e quatro povoações: Laranjeiras, São Pedro, Pacatuba e Japarutuba, sendo que a última vila e as duas últimas povoações se localizam no Litoral Norte.

Em algumas dessas áreas, no século XVIII, observava-se a importância econômica para a Capitania, sendo a lavoura da cana-de-açúcar um forte destaque, sobretudo na Cotinguiba, no vale do Vaza-barris e Piauí. Depois do açúcar, havia ainda exportação do algodão e cereais pela vila de Itabaiana, a de gado pela vila de Lagarto, a de couro pela vila de Campos (atual Tobias Barreto) e a navegação era feita pelas quatro barras da Capitania, destacando-se a barra do rio Cotinguiba onde se importava, entre outros produtos, fazendas de algodão e exportava-se o açúcar. O rio São Francisco, em menor escala, também contribuía para o escoamento da produção, pois "... já em 1679 existem registros de sua utilização para exportação de produtos para os mercados da Bahia e Pernambuco." (SOUZA, 1944, p. 39).

Por outro lado, o termo da Vila Nova, situada às margens do rio São Francisco, criada em 1698 juntamente com as vilas de Lagarto e a de Itabaiana, é descrita por Freire como "Termo dilatado, porém muito despovoado de moradores" (1977, p.57), por ser uma área de terras estéreis, que somente serviam para criar animais domésticos e estes padecem de grandes perdas pela falta de água no verão. Por outro lado, no início do século XIX, constituía na freguesia mais populosa do São Francisco, conforme se pode observar

no quadro 1:

**Quadro 1 - População sergipana do Rio São Francisco (1802 - 1829)**

FREGUESIAS/ANOS	102	1808	1825	1829
Villa Nova	4315	4154	6622	7850
Propriá	3814	4500	8792	10092
Pacatuba	541	700	494	600
Porto da Folha	231	300	429	488
Total	8901	9654	16337	14030

Fonte: MOTT, Luiz, Sergipe Del Rey - População, Economia e Sociedade, p. 49

Na análise de Mott (1986), isto ocorre pelo fato de a Vila Nova ter se constituído como principal ponto de travessia do rio por parte da população que vinha por terra do Norte em direção a Salvador, e do Sul, para Pernambuco, principalmente com atividades ligadas aos cultivos de subsistências e, secundariamente, aos do pastoreio e ao da cana. A área não despertou grandes interesses econômicos nem investimentos governamentais, que possibilitassem:

a chegada de importantes correntes migratórias, quer de brancos, quer de escravos. Só de quando em vez, quando as secas se prolongam em demasia, é que levas de famílias abandonam o sertão fixando-se nas margens do São Francisco voltando a chover, muitos destes retirantes voltam para suas terras. (MOTT, 1986, p. 75)

Mesmo não dispondo de projeção econômica, como as demais vilas sergipanas, Villa Nova, atual Neópolis, foi palco de alguns episódios importantes para a história política e social de Sergipe: foi naquela área que se instalaram os holandeses no século XVII, obedecendo às ordens do Conde Maurício de Nassau, com o objetivo de invadir Salvador, por via terrestre. O comandante *Segmundo Schkoppe*, determinou a edificação de um forte denominado de *Mauritius*, servindo como ponto de apoio para as constantes ofensivas dos flamengos.

O povoado de Brejo Grande, assim como, o da Estância foram palcos dos movimentos republicanos de 1831. Antônio José de Albuquerque Cavalcante e José de Albuquerque Cavalcante difundiram em Brejo Grande, ideias para o povo instituir um novo governo, a república, ideia já propagada em outros centros.

Os índios da missão de São Félix de Pacatuba foram os autores de um dos principais gestos de insubordinação e coragem na história de Sergipe, por terem invadido a cadeia de Vila Nova e dela libertarem o chefe da aldeia. Neste mesmo local, ocorreu o movimento de pardos e mulatos, revoltados, contra a notícia de que “com a extinção do tráfico negreiro os pardos e mulatos livres passariam a ser escravizados” (MOTT, 1986, p.74).

Bento de Melo Pereira que tinha à beira do São Francisco, em Brejo Grande, suas propriedades agropastoris, foi um dos personagens de maior influência na vida política sergipana nos fins do século passado, destacando-se na perseguição dos republicanos e na defesa do rio São Francisco como limite para Sergipe.

Um conflito de limites ocorreu no século XIX entre as Províncias de Sergipe e a de Alagoas, quando o presidente desta última reivindicava para si a ilha de Paraúna, atual Brejo Grande. Só em 1873, depois de um acordo entre as duas Províncias ficou resolvido através da Lei nº 2.099 de 1º de fevereiro, que Paraúna era pertencente à Província de Sergipe.

No final do século XIX e no início do século XX, o Litoral Norte Sergipano manteve-se como uma área de pouca expressividade econômica, valendo ressaltar segundo a secundária importância das margens do São Francisco, sobretudo na povoação de Brejo Grande, que mantinha sua base econômica no cultivo da cana-de-açúcar, conforme nos descreve, o engenheiro *H. Halfeld* quando de sua viagem exploratória na década de 1850:

Por volta de 378 léguas, o braço do rio S. Francisco passa junto à margem direita e divide-se entre as linhas deste lado. Tem barrancos de 3 a 6 palmos de altura. Nota-se abaixo da povoação de Cajuipe, os engenhos e fazendas pertencentes a Bento de Melo Pereira, Barão da Cotinguiba, e mais abaixo fronteiro ao fim da 378 léguas, a povoação de Brejo Grande, tem que uma capela de invocação de Nossa Senhora da Conceição, dois engenhos de fabricar açúcar e 50 casas com cerca de 280 habitantes, e junto abaixo desta, outra povoação, a da Capoeira com dois engenhos de fabricar açúcar e 119 casas com 400 almas. Abaixo desta última mencionada povoação, entra o riacho da capoeira no rio e pouco mais abaixo da Barra está um Engenho Bandarra. Fronterio a estas povoações e fazenda nota-se algumas ilhas, sendo a maior desta a de Dona Teresa.” (HALFELD, 1860, p. 54).

Mott (1986, p.79), em seus estudos, relata que apesar de certa euforia econômica “testemunhada pelo requinte arquitetônico de certas casas-grandes ainda existentes e pela relativa opulência da elite do local”, a produção da cana-de-açúcar desta área já era decadente. Para o autor, a abolição dos escravos não foi responsável pela ruína dos engenhos nesta área. Constata que, nos anos de 1888 e 1889 não houve moagem em virtude da “grande enchente do rio”. No ano posterior, a produção manteve-se tão baixa quanto a dos anos anteriores. Dois fatores explicam o estaque da indústria açucareira nas margens do São Francisco:

embora férteis, os terrenos ribeirinhos corriam frequentes riscos de serem inundados e parte ou toda a produção de cana vir a perder-se se comparados com os terrenos da região do rio Cotinguiba, os do S. Francisco eram muito menos produtivos sem falar que estavam muito mais distantes da capital da Província (São Cristóvão), o que tornava o açúcar aí produzido muito mais caro, devido aos transportes. Outra razão que explicaria a decadência e abandono da empresa canavieira no S. Francisco tem a ver com a situação do açúcar brasileiro no mercado internacional... a decadência da cana no século XIX se deveu ao fato do desenvolvimento de um sucedâneo representado pelo açúcar da beterraba. (MOTT, 1986, p.36).

Além destes fatores, vale ressaltar que os senhores de engenho da Cotinguiba tinham muito mais facilidade de conseguir empréstimos financeiros e assistência governamental para o empreendimento da cana-de-açúcar, sendo um fator importante para o destaque deste cultivo em Sergipe.

No final do século passado, o cultivo de arroz já se fazia presente no Litoral Norte Sergipano, sobretudo nas áreas próximas ao atual município de Brejo Grande. Entretanto, o referido cultivo não tinha, naquele momento, a mesma importância da cana-de-açúcar e do sal, tendo em vista que o regime de remuneração da colheita do arroz era a “quarta parte do que colher”, enquanto que dos outros dois produtos era a “meia”. Para Mott (1986), isto explica o caráter “marginal” e a pouca importância que deveria representar o cultivo do arroz naquele período. Vale ressaltar ainda, que o açúcar e o sal eram produtos destinados à exportação, enquanto o arroz era um cultivo basicamente de subsistência, o que explica a diferença de participação do dono da terra na parceria.

Gradativamente, a importância do arroz cresceu no início do século XX. A partir de 1926, o arroz ganhou maior importância nas taxações do físico, enquanto decresceu a do açúcar. Em 1934, o arroz passa a ser o principal produto taxado em Brejo Grande, tornando-se um cultivo destinado também para exportação.

Dentre os municípios do Litoral Norte de Sergipe, Brejo Grande foi o primeiro a emancipar-se administrativamente. Fato este, vinculado a sua ascendência econômica resultante da crescente importância da rizicultura. A ocupação mais intensa do município, ocorreu em 1820 a partir da chegada de retirantes dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Ceará, em busca dos terrenos embrejados da margem direita do rio São Francisco. Os recém-chegados dedicaram-se aos cultivos de subsistência e ao da cana-de-açúcar junto aos engenhos que se espalhavam ao longo do rio. Juntamente com o Barão Bento de Melo Pereira que foi em 1835 o presidente da Província de Sergipe, os recém-chegados elevaram este lugar à categoria oficial de povoado sendo pertencente a freguesia da Villa Nova.

A toponímia de Brejo Grande está ligada à sua posição geográfica. Situado na área estuarina do rio São Francisco em terrenos baixos da planície litorânea, sujeitos às inundações nos períodos das cheias do rio, formando grandes lagoas e brejos. Sua sede municipal está a apenas 6 metros em relação ao nível do mar.

Em 02 de outubro de 1926, através da Lei Estadual número 929, foi elevado à categoria de município, recebendo o nome de São Francisco, sendo sua sede situada no mesmo local do antigo povoado. Em 31 de dezembro de 1943, de acordo com o Decreto-lei Estadual número 377, foi alterado o seu topônimo para Parapitinga e, por força da Lei Estadual número 554, datada de 06 de fevereiro de 1954, foi alterada para Brejo Grande, tendo em vista que “A volta ao antigo topônimo se impunha pois, em decorrência da pacífica e natural reação que se manifestou principalmente entre as populações ribeirinhas do São Francisco.” (IBGE, 1959, p. 253).

No início da década de cinquenta do século XX, os poderes constituídos do Estado de Sergipe criaram 19 novos municípios, sendo dois deles pertencentes ao Litoral Norte de Sergipe: Barra dos Coqueiros e Pacatuba.

A Barra dos Coqueiros, localizada no estuário do rio Sergipe, desde o período da conquista, foi uma área bem conhecida pelos franceses, que adentravam a barra do rio para fazer comércio com os índios. Era lá que, no século XIX, os navios penetravam o rio Sergipe, esperavam a preamar para navegarem com segurança até os portos de Maruim,

Santo Amaro e Laranjeiras, a fim de efetuarem transações comerciais. Após a fundação da Nova capital, Aracaju, em 17 de março de 1855, a Barra dos Coqueiros tornou-se povoado desta, sendo tal situação alterada a partir de 10 de maio de 1875, de acordo com a Resolução Provincial de número 1028, sendo elevada à categoria de freguesia. Sua autonomia administrativa foi possível graças a valorização do coco-da-baía, produto abundante na área, que resultou na instalação de duas fábricas de beneficiamento, reforçando sua importância econômica. Desta forma, a antiga freguesia da Barra dos Coqueiros, foi elevada à categoria de cidade e sede do município, tendo compreendido o seu território toda a ilha de Santa Luzia, preceituada pela Lei Estadual número 525- A, de 25 de novembro de 1953.

Pacatuba, denominação de um cacique indígena líder da aldeia situada na confluência do rio Poxim com o Betume, deu seu nome a essa antiga povoação conhecida desde os primórdios da colonização sergipana. Sendo uma área de forte expansão da pecuária no século XVII, foi fundada no mesmo século a missão de São Félix de Pacatuba por padres capuchinhos oriundos de Pernambuco. De acordo com Dantas (1991), a missão aí fundada objetivou basicamente suprir de mão-de-obra barata para a coroa através da construção de obras públicas como estradas, pontes e aberturas de canais. Tais fatores contribuíram sobremaneira para que a população de origem indígena, ao longo dos anos, declinasse assustadoramente.

A partir de 06 de fevereiro de 1835, Pacatuba foi elevada à categoria de freguesia e no mesmo século, em 02 de maio de 1874, à de vila, entretanto mantendo-se como termo da Vila Nova, atual Neópolis. Só dez anos depois é que se desmembrou de Vila Nova conquistando sua autonomia municipal.

Em dezembro de 1926, o governador do Estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, decretou a transferência da sede municipal de Pacatuba para Japoatão, atual Japoatã, reduzindo Pacatuba a categoria de povoado. Em 1939, volta a ser vila, mantendo-se ligada à Japoatã como Distrito de Paz. Juntando com Barras dos Coqueiros, Pacatuba conquistou sua emancipação administrativa, em 25 de novembro de 1953 através da Lei Estadual nº. 525-A, quando se tornaram municípios.

Pirambu é o município mais novo do Litoral Norte Sergipano tendo sido povoado de Japarutuba até 1963 aliás para sua autonomia política administrativa concorreram as atividades ligadas à cocoicultura, ao aproveitamento turístico de seu de seu balneário bastante frequentado por pessoas residentes nos municípios próximos durante os períodos

de férias e devido a importância da pesca. O litoral de Pirambu é um dos pontos de maior piscosidade em Sergipe. Seu antigo porto desempenhou papel importante para a economia de Japarutuba, por embarcar para os centros consumidores, grande parte da produção de coco-da-baía, de pescados e de lenha.

### **Breve recorte espacial do Litoral Norte Sergipano**

Ocupando uma área de 946 km<sup>2</sup>, 2,66% da superfície estadual, o Litoral Norte Sergipano, está situado entre as desembocaduras dos rios Sergipe e São Francisco. A área é drenada por cursos de água dos quais os sistemas hidrográficos dos rios São Francisco, Japarutuba e Sergipe e, secundariamente, o rio Sapucaia e o riacho Aningas, desempenham papéis importantes na sedimentação quaternária. Também é marcante a contribuição destas redes hidrográficas para a população local, tendo em vista que nelas é realizada a pesca artesanal, fator estes que assume relativa importância como atividade complementar.

Considerando os aspectos geológicos, formam e altimetria, identificou-se três unidades de morfológicas: a planície costeira, os tabuleiros costeiros e a planície aluvial. Desenvolvendo-se a leste da Formação Barreiras, a Planície Costeira que constitui este trecho da costa do Estado de Sergipe, segue o modelo clássico das costas que estão avançando, em consequência do acréscimo de sedimentos mais recente. Esta unidade geomorfológica constituída de sedimentos quaternários, marinhos e continentais, caracteriza-se pela presença de formas de origem marinha, flúvio, lacustre e eólica, depositadas sob a influência, principalmente, das condições ambientais variáveis durante o Quaternário.

A Planície Costeira ocupa uma faixa assimétrica e alongada no sentido Nordeste/Sudoeste ao longo do litoral, abrangendo totalmente os municípios de Barra dos Coqueiros e Brejo Grande e área dos municípios de Pirambu e Pacatuba. Apresenta uma maior expressão areal quando associada a foz do rio São Francisco, onde parte da planície holocênica é constituída por uma sucessão de ilhas (Arambipe, Sal, Capim, Cruz, Esperança, Cacimba, Flores, Feijão e Funil), destacadas do continente por canais de maré e tende a afinar-se em direção à Ponta dos Mangues no município de Pacatuba, condicionada pelo menor afastamento dos tabuleiros costeiros. A linha de costa delimita as praias de Barra dos Coqueiros, Pirambu, Ponta dos Mangues, Arambipe e Costinha.

De acordo com estudos de Marcodalvi e Marcodalvi (1986), as praias sergipanas, por serem formadas unicamente por areia, desprovida de vegetação, de rochas ou de

costões rochosos, e por ter variações de maré máxima de 2,3m e mínima de 0,0m., tornam o ambiente propício para desova da tartaruga marinha. Nesse sentido, tais características contribuíram para a criação, em Pirambu, da Reserva Marinha de Santa Isabel, que tem como objetivo básico a proteção e a pesquisa destes animais.

A planície costeira na área, apresenta espessura de sedimentos arenosos e argilosos que varia de 8m na Barra dos Coqueiros (poço 1-BDC-1-SE), a 147m no povoado Carapitanga (poço 1-VCG-1-SE) pertencente ao município de Brejo Grande, conforme testemunhos de 21 poços perfurados pela PETROBRÁS na área (FONTES, 1990). Derivados destes sedimentos quaternários, pleistocênicos e holocênicos ocorrem as unidades de solo: Podzol (P), Solos Arenozóicos Distróficos (Amd2, Amd3) e Solos Indiscriminados de Mangues (SMI e SM2).

Essas unidades de solos ocorrem em áreas de clima do tempo Megatérmico Subúmido Úmido (C2 A1 a 1) e o Megatérmico Subúmido (C1 A1 a1). O primeiro corresponde ao clima mais úmido encontrado no Estado, possuindo índices hídricos gerais positivos. Sua incidência ocorre no município da Barra dos Coqueiros e apresenta um total pluviométrico médio anual de 1.557mm (posto de Aracaju), sendo que as chuvas são mais abundantes no período de março a agosto.

Nos demais municípios do Litoral Norte Sergipano, o clima característico é o Megatérmico Subúmido que apresenta um total pluviométrico médio anual de um ponto 1.179 mm. (posto de Pacatuba) distribuídos em duas fases: a) de abril a agosto, representando a estação chuvosa com 69,9% do total anual; b) de setembro a março com apenas 30,1%, que corresponde a estação seca.

As associações de solos presentes no Litoral Norte Sergipano, guardam fortes relações com as condições geológicas e climáticas. O Podzol compreende solos arenosos, fortemente ácidos, de baixa fertilidade natural e com problemas de drenagem nas áreas onde o horizonte b) apresenta-se muito endurecido e próximo à superfície, bem como problemas decorrentes da pouca retenção de umidade em virtude de sua textura arenosa que propicia intensa lixiviação no período das chuvas e ressecamento rápido durante o período de estiagem. Abrange áreas dos terraços marinhos holocênicos. Que embora apresentem baixa fertilidade natural estão ocupados com a cocoicultura.

Os solos Arenozóicos Distróficos são excessivamente drenados, moderados a extremamente ácidos, de baixa a muito baixa fertilidade natural, ocupam as áreas de dunas (móveis e fixas) e areais, praticamente desprovidas de vegetação. Tais características

atreladas à dinâmica eólica atual, contribuem sobremaneira para a mobilização das dunas. Nesse contexto, alguns proprietários tentando preservá-las, bem como objetivando estimular o crescimento de uma vegetação rasteira, colocam palhas de coqueiros sobre as dunas.

Os solos supracitados, caracterizam-se pelas limitações ao uso agrícola, devido a muito baixa fertilidade natural e capacidade de retenção água e nutrientes, em consequência de sua textura arenosa. Alguns cultivos adaptam-se muito bem às condições edafoclimáticas da área, como é o caso do coco-da-baía, por ser uma palmácea que absorve os aerossóis através das folhas, decorrente da evaporação da água do mar, que traz importantes sais minerais para nutrir esta planta. A sua presença reflete de forma destacada na paisagem litorânea de Sergipe, como os “famosos coqueiros sergipanos.” (ANDRADE, 1986, p. 30)

Os Solos Indiscriminados de mangues compreendem solos halomórficos, mal drenados, com textura siltico-argiloso e vegetação característica de mangue. Os manguezais ocupam áreas da planície flúvio-marinha situadas na bacia inferior dos rios Japarutuba e São Francisco. Nesse ecossistema mixohalino, foram identificadas áreas de degradação resultantes da ação antrópica:

Parcela considerável dos mangues vem sendo devastada, ocorrendo sua ocupação, principalmente, por salinas, viveiros e canais artificiais, alterando profundamente a circulação da água, modificando os ciclos das marés e conseqüentemente reduzindo o ingresso de nutrientes. O aterro resulta, geralmente, da execução de obras de engenharia (aterro para construção de leito de rodovias), que se interpõem isolando áreas de mangue. Caracteriza-se pela ação definitiva e irreversível na alteração do manguezal suprimindo completamente a fauna e a flora. A expansão da malha viária decorrente da prospecção de petróleo e construção do porto e salmoroduto, determina relevante e ação antrópica neste ecossistema. (FONTES, 1990, p.25).

Semelhantes as demais áreas do Estado de Sergipe, o Litoral Norte Sergipano apresenta-se bastante devastado na sua cobertura vegetal natural. Exemplo marcante é notado nos municípios de Pirambu e Pacatuba ao observar uma forte transição da floresta Costeira “tanto para a mata de restinga, quando se encaminha para o litoral, quanto para o cerrado e mata não espinhosa, quando se dirige para o interior.” (SANTOS;

ANDRADE, 1992, p. s/n). Observa-se também a substituição, sobretudo nas áreas mais devastadas, desta cobertura por cultivos perenes, exemplo de coco-da-baía e da manga, bem como, de cultivos temporários de cana-de-açúcar, mandioca e ainda pelas pastagens.

De amplo significado geomorfológico, no Litoral Norte Sergipano, sobretudo nos municípios de Pirambu e Pacatuba, os Tabuleiros Costeiros são modelados a partir dos sedimentos da Formação Barreiras. Caracterizam-se por apresentarem uma superfície tabular erosiva de topo aplainado e relevos dissecados em colinas, cristas e interflúvios tabulares, levemente inclinados para sudeste, em direção do oceano, onde são interrompidos e formam falésias fósseis, que marcam, internamente, o limite da planície costeira. Aí aparecem manchas dos solos Podzólico Vermelho Amarelo (PV8) com horizonte B textural, bem drenados e enriquecidos de argila lixiviada do horizonte A e as Areias Quartzosas Distróficas (AQd2 e AQd3). Esses solos apresentam baixa fertilidade natural, sendo este o principal fator limitante ao uso agrícola nos topos dos tabuleiros. A pobreza dos solos também afeta na expectativa de renda da terra pois:

Os preços variam muito, e aí não se consegue perceber nitidamente uma correlação entre qualidade do solo e o valor. É claro que isto deve ocorrer em micro escala, no caso de avaliação individual da propriedade agrícola; todavia, no nível de generalização adotado, a distribuição espacial do valor da terra nua está relacionada à densidade de ocupação, a presença de aglomerados urbanos significativos e de eixos de circulação. (DINIZ, 1981, p 59 e 60).

Dentre as planícies fluviais, destaca-se a do rio Sapucaia que não é muito extensa. Ocorre na margem convexa dos meandros e só chega a ter alguma expressão areal a partir da confluência com os riachos Caxito e Bonito, a 1,5 km da lagoa Sangradouro. Para jusante, o rio Sapucaia tem o seu leito indefinido, não constituindo planície aluvial. Nesse setor, o campo duna é proeminente, constituído principalmente de dunas remanejadas que correspondem as dunas móveis de coloração creme. As mais internas de formas de dunas de captação, sendo responsáveis pelos contatos disfarçados entre as paleofalésias esculpidas na Formação Barreiras e a Planície Costeira. Apesar dos sinais de afogamento, o rio Sapucaia deságua no oceano através de barras assoreadas, interceptadas pelas dunas móveis e cordões litorâneos parcialmente retrabalhados pela ação eólica, provocando o aparecimento de áreas embrejadas.

O Litoral Norte de Sergipe de acordo com os dados censitários (1991), apresenta

uma população de 35.766 habitantes o que representa 2,39% da população sergipana. Predomina na região a população rural que corresponde a 56,66% do total. Nos últimos anos verificou-se baixo crescimento populacional que caracteriza toda a área, executando-se apenas a Barra dos Coqueiros por ter apresentado nos períodos de 1970/1980 e 1980/1991 índices de aumento populacional em torno de 42,58 e 60,30%, respectivamente. Brejo Grande apresentou situação inversa, com redução do crescimento populacional, tendo no mesmo período os índices de menos -9,55% e -7,47%, respectivamente.

A busca de centros urbanos de maior importância é constatada. Aracaju, capital do estado sergipano, é o principal centro de atração, enquanto, no restante do país, São Paulo é o lócus preferido, com fluxos direcionados para as cidades de Santos e São Paulo, onde há expectativas de melhores condições econômicas.

### **Considerações finais**

Desde o início da ocupação de Sergipe pelos colonizadores portugueses, o Litoral Norte foi uma região sem muita importância econômica, fato este influenciado sobremaneira pelas condições naturais e históricas, que não atendiam, naquele contexto, às diretrizes dos centros de interesses econômicos sociais e políticos. O ordenamento da região sofre as mesmas consequências da organização do espaço brasileiro, que são agravadas pela velocidade do processo e pela maior vulnerabilidade dos meios naturais (MORAES, 1995).

Em suma, o Litoral Norte de Sergipano não pode ser considerado isolado no âmbito macrorregional. Cada um dos seus aspectos tem sua explicação na realidade em termos de estrutura e conjuntura, que se fazem sentir sobre o espaço e o tempo, através da interação entre forças econômicas, sociais e políticas de um país em desenvolvimento.

### **Referências**

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Editora Atlas S. A, 1986.
- CANABRAVA, Alice P. A Grande Propriedade Rural. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Volume 2, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- DANTAS, Beatriz Góes. Os Índios em Sergipe. In DINIZ, DIANA (Coord.). *Textos para*

- a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.
- DINIZ, José Alexandre F. *Áreas Agrícolas Subcosteiras do Nordeste Meridional*. Recife: SUDENE, 1981.
- FONTES, Aracy Lozano. *Aspecto da Geomorfologia Costeira no Norte do Estado de Sergipe*: 2.0 Simpósio de Ecossistema da Costa Sul e Sudeste Brasileiro – Estrutura, Função e Manejo. São Paulo/ Águas de Lindóia: ÀCIESP, 1990.
- FREIRE, Felisberto. *História de Sergipe*. Aracaju: Governo Estadual de Sergipe/Vozes, 1977.
- FREIRE, Felisberto. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ S.E.C/ FUNDEPARH, 1977.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Estrutura Agrária e Dominação no Campo: Notas para um debate*. In, Santos, Milton. (Org.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XIX – Rio de Janeiro, 1959.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Sergipe*, Rio de Janeiro, 1991
- MORAES, Antônio Carlos R. de. Os impactos da Política Urbana sobre a Zona Costeira. In. *Impactos das Políticas Setoriais do Governo Federal sobre a Zona Costeira* [Documento Síntese]. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal, 1995.
- MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey – População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, NORDESTE*. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SANTOS, Adelci Figueiredo, ANDRADE, José Augusto. *Geografia de Sergipe*. Aracaju, Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1992.
- SINGER, Paul F. E SZMRECSÀNYI. *Perspectiva Atual do Problema*. In, SANTOS et al. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. QUEIROZ, Editor Ltda, 1980.
- SOUZA, D Marcos Antônio de. *Memórias sobre a Capitania de Sergipe: sua Fundação, População, produtos e melhoramento de que é capaz, (1808)*. 2 ed. Aracaju: IBGE/DEE, 1944.

